

EDUCAÇÃO LIBERTADORA E MOVIMENTO OPERÁRIO:
CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE AO ENSINO DE
HISTÓRIA
LIBERATING EDUCATION AND LABOR MOVEMENT: CONTRIBUTIONS
OF THE PEDAGOGY OF PAULO FREIRE TO THE TEACHING OF HISTORY

Caroline Terra de Oliveira*
Maria de Fátima Santos da Silva* e Cauê Lima Canabarro*

RESUMO

O texto que se apresenta a seguir procura destacar que se torna fundamental para o ensino de História trabalhar com o processo histórico de formação do movimento operário organizado com o objetivo de compreender a trajetória que a luta coletiva dos movimentos de oposição ao capitalismo vem assumindo na atualidade. Enfatiza-se, além disso, a importância do processo educativo presente no cotidiano destes movimentos populares, em especial, do cooperativismo, como espaço de relações onde se configuram aspectos da educação libertadora, do qual Paulo Freire é o seu maior expoente.

PALAVRAS-CHAVE: movimento operário; cooperativismo; educação libertadora.

ABSTRACT

* Caroline Terra de Oliveira é licenciada em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, concluiu especialização em *Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura* pela mesma instituição. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e bolsista de aperfeiçoamento da CAPES pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

* Maria de Fátima Santos da Silva é licenciada em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, concluiu especialização em *Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura* e mestrado em Educação Ambiental pela mesma instituição.

* Cauê Lima Canabarro é graduando em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

The following text seeks to highlight that it is essential for teaching History, to work with the historical process of formation of the labor movement, organized with the aim to understand the trajectory which the collective struggle of the opposition movements against capitalism are assuming nowadays. Besides this, it also emphasizes the importance of educational process present in the daily life of these popular movements, in special, of the cooperativism, as a place for relationship where certain aspects are shaped, like the liberating education, from which Paulo Freire is the greatest exponent.

KEYWORDS: labor movement, cooperativism; liberating education

INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, este artigo apresenta o processo histórico de formação do movimento do sindicalismo e cooperativismo, utilizando, em especial, as contribuições de Eric Hobsbawm, Eduard Thompson e Paul Singer. Para tanto, compreende-se o trabalho cooperativo como elemento educador, percebe-se a importância do processo educativo que se desenvolve no âmbito da sua organização e luta coletiva, nas formas de convivência solidárias, participativas e cooperativas da atualidade. O cultivo destes valores, forma sujeitos que experimentam no cotidiano o sentimento de união, de valorização e respeito ao ser humano, superando as relações burguesas, projetando o ideal de uma nova sociedade. O potencial transformador dos seus sonhos permite que se mobilizem de forma coletiva, que lutem e transformem suas vidas. A constante busca pelo sonho com a igualdade social, qualidade de vida e valorização do ser humano e do trabalho, forma sujeitos comprometidos com a transformação de uma realidade centrada no consumismo e na destruição do meio ambiente, entretanto, também é destacado as contradições e conflitos presentes na sua organização e forma de relacionarem-se como limites que negam o próprio sentido do movimento. Porém, conforme afirma Paulo Freire, a educação deve considerar o *saber de experiência feitos* no âmbito das práticas educativas desenvolvidas nestes movimentos populares como elemento necessário ao processo de conscientização, de desmitificação do contexto de realidade vivido. Assim, o presente artigo também problematiza as contribuições da perspectiva da pedagogia freireana ao ensino de História, em especial, ao que se refere ao

processo educativo presente na organização de trabalhadores no contexto de sindicatos e cooperativas.

A LUTA COLETIVA DA CLASSE OPERÁRIA NO PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: SINDICATOS E COOPERATIVAS

A Revolução Industrial tem início na Inglaterra, em fins do século XVIII, com a transformação da estrutura política, econômica e social estimuladas pela Revolução Inglesa de 1640.¹ Este período marca o processo de transição de uma sociedade estática voltada para a subsistência do tipo feudal, para uma economia monetária, baseada na livre concorrência e domínio do capital mercantil. As transformações caracterizam-se pela progressiva substituição da produção artesanal e manufatureira através da introdução da maquinofatura que expandiu a produção, pela polarização da sociedade em burguesia e proletariado, pelo trabalho assalariado em fábricas, pela concentração urbana e expulsão dos camponeses do campo, os quais forneceram a mão-de-obra barata para o sistema fabril.

O processo de industrialização afetou profundamente as relações de trabalho na Inglaterra do século XVIII, apesar de ainda persistirem, mesmo dentro das fábricas, as relações tradicionais, baseadas na indústria doméstica e na manufatura simples. A maioria dos operários ingleses do século XVIII e XIX eram trabalhadores agrícolas recém chegados à cidade, expulsos da terra. Neste período, grandes cidades como Londres, Manchester, Birmingham e Lancashire passaram a receber um contingente imenso de pessoas em busca de trabalho.

Em meio ao ambiente disciplinador e explorador das fábricas, com suas condições degradantes de trabalho, além das conseqüências desastrosas causadas pelas guerras européias, difundiram-se movimentos operários organizados, principalmente o sindicalismo e o

¹ A Revolução Inglesa lançou as bases do poder político da burguesia, de acordo com José Arruda (1991: 33), destruindo o antigo aparelho de Estado, impondo limites ao poder do Parlamento e destruindo os poderes locais baseados nos Juízes de Paz. Eliminou a autonomia financeira do poder real, confiscando-lhes as propriedades, criando a noção de propriedade individual e absoluta. Além disso, abriu espaço para a emergência do liberalismo, a afirmação do individualismo e o desenvolvimento da teoria do contrato social. A Revolução Inglesa transformou o modo de distribuição do poder fundiário, manifestado pelos *cercamentos (enclosures)*, que durou do século XVI ao XVIII e se refere ao processo de exclusão dos trabalhadores das terras produtivas, mediante sua transformação em propriedade.

cooperativismo. Entretanto, a classe operária possuía, nos primórdios da Revolução Industrial, um caráter heterogêneo, persistindo a diferença entre os trabalhadores qualificados, que possuíam maiores privilégios, e os não-qualificados, que constituíam uma massa de operários miseráveis, sem direitos profissionais, excluídos pelos sindicatos, ficando, portanto, à margem das lutas e reivindicações do movimento operário organizado.

O desenvolvimento tecnológico estabeleceu novas hierarquias, novas formas de associação e uma maior diferenciação e diversidade de ofícios. Formou-se uma elite privilegiada de trabalhadores qualificados, que tinham os seus salários aumentados constantemente até as décadas de 1830 e 1840. Porém, ao longo do século XIX, os novos ofícios foram substituindo as velhas especialidades, as quais foram desaparecendo das indústrias têxteis. As inovações tecnológicas, apesar de incentivarem a ascensão de novos ofícios, não significaram uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores como afirma Thompson (1987, 2.v. p. 89): “O aparador ou o cardador sabiam muito bem que a nova maquinaria, embora pudesse proporcionar um emprego especializado a seu filho ou ao filho de qualquer outro trabalhador, nada tinha a lhe oferecer. As vantagens da “marcha do progresso” pareciam sempre beneficiar a outra pessoa.”

A formação de cooperativas no século XIX, foi acompanhada pela luta organizada pelos sindicatos. Muitas greves da classe operária se convertiam em uma luta pelo reconhecimento das associações. Algumas cooperativas se originaram destas greves ou de organizações sindicais que reivindicavam melhores condições de trabalho, como é o caso dos grupos sindicais dos tecelões e cortadores: “Entre os tecelões e os cortadores, formou-se um sindicato – a Comunidade dos Fabricantes de Tecidos ou “a Instituição” – com o propósito declarado de se unir aos pequenos fabricantes de tecidos, na reivindicação de restrições às atividades das fábricas e para o cumprimento do período de aprendizagem”. (THOMPSON, 2v., p. 133).

O Cartismo ou Movimento pela Carta do Povo² começou em 1836, em Londres, com a formação da “associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente

² A Carta do Povo se constituiu a partir de uma petição feita ao parlamento e elaborada pela associação do movimento. Incluía 6 pontos: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento. (SINGER, 1998: 82).

as classes úteis”, constituindo-se como um movimento antiburguês, de mobilização política da classe operária. Possuía duas vertentes: uma moderada, representada pelos artesãos mais qualificados e outra exaltada, representada pela população miserável, as quais propunham o uso da força e a insurreição na conquista do poder político.

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale pretendia, por meio da criação de cooperativas de consumo e de produção, a transformação da sociedade, através da produção coletiva e compartilhada, marcando o ideal socialista do movimento. A importância desta cooperativa, como modelo daquelas que foram surgindo na Grã-Bretanha em épocas posteriores, está relacionada ao fato de ter possibilitado o funcionamento de um empreendimento econômico, adaptado à economia de mercado, mas baseado em princípios socialistas, como a auto-gestão democrática, educação dos sócios de acordo com o ideal cooperativista, neutralidade política e religiosa e abertura ao ingresso de novos membros. Eram constantes as reuniões no velho armazém, onde os operários costumavam trocar idéias sobre as operações da cooperativa e sobre as possibilidades do movimento em relação à superação das condições de opressão a que eram submetidos os trabalhadores. É imperativo salientar que as cooperativas deste período, em especial aquelas que eram organizadas pelos operários, mantinham fortes conexões com os sindicatos de trabalhadores de ofício.

Hobsbawm afirma que a estrutura heterogênea da economia industrial em desenvolvimento dificultava a organização da classe operária. Na Inglaterra, nas indústrias do algodão, da mineração, metalurgia, construção de máquinas e de navios, desenvolveram-se organizações sindicais descentralizadas, baseadas nas ocupações e nos ofícios, com a habilidade de se transformarem em sindicalismo de massas, organizado e fortalecido.

Ainda de acordo com Hobsbawm, em outros países, como na Alemanha, Itália e França, a organização operária se desenvolveu de modo diferente do observado na Inglaterra. Os sindicatos dos trabalhadores funcionavam à margem da indústria moderna, principalmente em oficinas e em pequenas e médias empresas, caracterizando-se como extremamente localizados e descentralizados. Nas grandes indústrias modernas destes países, o papel que os sindicatos exerciam não era importante. Nos Estados Unidos também se verificou esta situação. Na década

de 1890, o sindicalismo nas grandes indústrias foi eliminado até a década de 1930, permanecendo o sindicato local de pequenos grupos de trabalho nas pequenas indústrias, nos sindicatos de ofício e na construção civil, sendo a mobilização ocasional e localizada.

Entretanto, o movimento operário nos Estados Unidos e na França contou com a luta coletiva dos mineiros de carvão, os quais se diferenciavam dos demais trabalhadores assalariados exatamente por se engajarem na luta pela formação de poderosos sindicatos. A solidariedade entre a comunidade, ligada pelo trabalho insalubre, propiciou a formação de uma eficiente organização operária.

O fato das classes operárias não serem homogêneas dificultava a organização e mobilização dos movimentos sindicais, porém, apesar de predominar a heterogeneidade, os trabalhadores estavam se unificando através do ideal da classe operária, da ideologia proletária, através da luta coletiva, como afirma Hobsbawm (1988: 181):

Essa mensagem, a da unidade de todos os que trabalham e são pobres, foi levada até os mais remotos cantos dos países, por agitadores e propagandistas. E eles traziam igualmente a organização, a ação coletiva estruturada, sem a qual a classe operária não poderia existir como classe; e, por meio da organização, adquiriram aqueles quadros de porta-vozes que podiam articular os sentimentos e esperanças dos homens e mulheres que não os saberiam enunciar. Eles possuíam ou encontravam as palavras para as verdades que todos sentiam. Sem essa coletividade organizada, seriam apenas pobre gente do trabalho.

Os partidos socialistas de massas fortaleciam os movimentos e incluíam todas as associações em que participassem os operários. Desse modo, os movimentos organizados, de um modo geral, ou faziam parte ou estavam subordinados ao partido político, o qual geralmente era denominado “Socialista”, “dos Trabalhadores” ou “Trabalhista”. A ligação da cooperativa ou sindicato a um partido político caracterizava o movimento como forte e organizado. Aqueles movimentos operários que não participavam de um partido político de classe, na sua maioria eram fracos. A maioria dos sindicatos e cooperativas, ligados a partidos políticos, lutavam pelas transformações na sociedade, pelas mudanças sociais, em que predominasse a propriedade comum dos meios de produção. Significava o ideal da coletividade, a qual entendia que o projeto de uma sociedade melhor seria gerado a partir da ação, luta e organização do próprio movimento.

Por isso o intenso sentido destes movimentos fortalecerem a ligação, a solidariedade e o senso de pertencimento à comunidade.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA E MOVIMENTO OPERÁRIO: O PROCESSO EDUCATIVO DO MOVIMENTO COOPERATIVO

Podemos e devemos continuar progredindo e nos desenvolvendo. Mas com uma nova sensibilidade e um novo sentido humano de partilha, de gratuidade, de generosidade, de solidariedade, de cooperação, de participação crítica e criativa, e de uma amorosa co-responsabilidade para com Nós mesmos, para com a vida e para com o nosso Mundo. (BRANDÃO, 2005: 81).

Inúmeras organizações cooperativas vêm se desenvolvendo na atualidade, congregando trabalhadores de diversos setores, tais como: pescadores, agricultores, artesãos, entre outros. Portanto, frente à importância desta temática, pretende-se destacar nesta etapa do trabalho alguns aspectos relevantes quanto ao processo educativo presente no cotidiano destas organizações, salientando suas contradições e conflitos, bem como aspectos que fazem parte de uma pedagogia libertadora, do qual Paulo Freire é o seu maior expoente. Neste sentido, serão problematizados alguns conceitos trabalhados por este autor e que se mostram de grande relevância ao ensino de História como, por exemplo, a questão do diálogo.

O diálogo como fundamento da educação libertadora desenvolvida por Paulo Freire, tem como sentido o estabelecimento de um processo educativo dialógico com o objetivo da construção do conhecimento, constituindo-se como um processo coletivo, intencional, fundamental na interação entre os sujeitos, o qual deve ocorrer de forma curiosa, crítica, participativa e emancipatória. Através do diálogo, podem-se compreender as relações vivenciadas dentro do movimento, refletir criticamente os objetivos do coletivo, momento necessário para o entendimento do rumo e sentido de suas práticas. Dessa forma, entende-se que no processo educativo de um movimento solidário, cada sujeito participante se transforma e transforma o outro a partir das relações sociais. Estabelecem-se formas variadas de comunhão e solidariedade, em que a cooperação, a participação, a criatividade e a confiança são elementos constituintes do

processo de formação humana destes sujeitos. A aprendizagem, portanto, desenvolve-se no cotidiano, no interior das relações tecidas dentro do movimento.

Falando da relação oprimido-opressor, Paulo Freire defende que os oprimidos devem buscar não inverter os pólos e se tornarem opressores, mas construir um “homem novo”, que deve nascer da contradição. Assim, a educação só se torna efetiva quando os educadores fazem parte dela de forma crítica e livre, já que ela se constitui uma troca. Portanto, afirma o autor:

“(...) o verdadeiro diálogo não pode existir se os que dialogam não se comprometem com o pensamento crítico; pensamento que não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade; pensamento que percebe a realidade como um processo de evolução, de transformação, e não como uma entidade estática (...)” (FREIRE, 1980:84).

A principal intencionalidade do diálogo é a conscientização: a ação cultural para a dominação se opõe ao diálogo. Assim, deve-se problematizar, esclarecer a realidade, expor mitos e ideologias, para que os seres humanos possam compreender a verdade de sua própria realidade. Desse modo, a perspectiva da educação no contexto da economia solidária, está dirigida ao desenvolvimento de sujeitos participativos, críticos e atuantes, que vêm na luta coletiva a possibilidade de reinventarem suas vidas, neste sentido, é importante destacar a análise de Paulo Freire (2001:99): “A educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder”.

De acordo com Paulo Freire, o diálogo como processo crítico e transformador, também é solidário, funda-se em valores como a humildade e a confiança. Constitui um importante elemento educativo que compõe a dinâmica organizativa dos movimentos de trabalhadores, mantendo a função de difundir os princípios necessários ao trabalho cooperativo. O diálogo aberto é uma prática predominante em um empreendimento solidário que, ao contrário da gestão capitalista, possibilita que os conflitos sejam travados abertamente e resolvidos a partir de decisões tomadas no âmbito do coletivo. Através do diálogo, os valores solidários são disseminados no movimento, com o objetivo de conseguir a adesão em massa da comunidade,

fazendo-os acreditar no potencial transformador do trabalho cooperativo, despertando a necessidade da luta do coletivo.

Entretanto, torna-se necessário também expor as contradições destas organizações que, apesar de terem necessidade de funcionarem de uma maneira diversa de uma empresa capitalista, sendo mais democráticas e participativas, acabam tendo a mesma finalidade de um empreendimento privado, já que visam ao lucro. Além disso, reproduzem os aspectos opressores do sistema capitalista, uma vez que muitas empregam trabalho assalariado. Assim, por mais que se apresentem como uma alternativa de organização do trabalho e da vida frente ao regime capitalista, não constituem solução para os problemas que o mundo enfrenta atualmente – os trabalhadores, nesse caso, ainda continuarão na sua condição de oprimidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, nos primórdios da Revolução Industrial estão as origens da formação dos sindicatos e cooperativas, mostrando o engajamento dos trabalhadores na luta contra os efeitos do progresso industrial. Como alternativa ao capitalismo, desde a formação dos clubes de trocas, associações, partidos políticos, sindicatos e cooperativas, percebe-se que a classe operária nunca aceitou a exploração e opressão sentidos desde a consolidação do modo de produção capitalista. A longa luta dos trabalhadores está inserida na busca de um projeto utópico de sociedade, de construção de um novo mundo, em que a cooperação e a igualdade social prevaleçam sobre o individualismo, a competição e a exploração capitalistas.

À medida que os operários foram se unificando através de uma consciência de classe, passando a perceber que tinham interesses em comum, o movimento organizado dos trabalhadores ganhou forças incalculáveis, sendo amplamente reprimido pelo Estado. Através da formação de sindicatos e cooperativas, da organização de greves e insurreições, desenvolvia-se a luta por melhores condições de vida, por maior participação na esfera política, pela regulamentação legal das relações de trabalho, enfim, pela conquista da cidadania, entretanto, esta luta também representava uma possibilidade de realização de um novo projeto de sociedade,

em que seus interesses pudessem ser concretizados. Compreender o processo histórico de formação do movimento operário organizado torna-se componente fundamental para o entendimento da trajetória que a luta coletiva dos movimentos de oposição ao capitalismo vem assumindo na atualidade.

A crítica operária volta-se à empresa capitalista e aos efeitos que o modo de produção atual gera na sociedade, em que o resultado do trabalho coletivo é propriedade do capitalista. À classe dos trabalhadores, que vivencia o quadro de desemprego, exclusão e empobrecimento, resta o ganho suficiente para reproduzir sua força de trabalho no cotidiano.

As cooperativas se apresentam, nos dias de hoje, como formas alternativas de organização do trabalho que se contrapõem, em muitas questões, às empresas capitalistas, por serem geridas de uma forma mais democrática e participativa, fundamentando-se no diálogo e na solidariedade, estando, portanto, baseadas em aspectos da educação libertadora. Na verdade, estes valores que fazem parte das instituições de iniciativa solidária, retomam os princípios presentes na cultura do movimento operário.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Ática, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer e praticar o município educador sustentável*. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios: 1875 – 1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 19 a 29, jan./jun. 2009](#)

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THOMPSON, Eduard. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2.v.

THOMPSON, Eduard. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3.v.

VERAS NETO. Francisco Quintanilha. *Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2002.